
DIÁLOGOS POSSÍVEIS ENTRE EDUCAÇÃO DE SURDOS, INTERCULTURALIDADE E INCLUSÃO: EM FOCO A FORMAÇÃO NO PROJETO BIOLIBRAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA

Nathália Barros Ferreira¹
Raquel Alves Bozzi²
Wilson Fernando Pereira da Silva³
Vinícius Catão de Assis Souza⁴
Thaís Almeida Cardoso Fernandez⁵

Resumo: Os diferentes grupos que compõem a Escola e a sociedade como um todo trazem consigo marcas multiculturais importantes de serem reconhecidas, valorizadas e respeitadas, tendo como base suas especificidades e a condição humana a qual se enquadram. Nesse sentido, o presente trabalho objetiva trazer referenciais no campo da Educação para dialogar com algumas das ideias debatidas por onze integrantes do Projeto de Extensão BioLibras, da Universidade Federal de Viçosa (MG), em uma das nossas reuniões formativas. Nela discutiram-se questões relacionadas ao multiculturalismo, interculturalidade e suas implicações no contexto da Educação/Inclusão dos Surdos. Para tanto, foram analisadas as transcrições da reunião remota a partir da Análise de Prosa Enredada. Discutimos as concepções sobre igualdade e diferença apresentadas e suas implicações no contexto educacional, tendo o foco no acesso da pessoa Surda às informações/conhecimento e no modo como a legislação atual tem influenciado a prática formativa. Verificamos que os termos igualdade, diferença e inclusão possibilitam interpretações diversas, sendo naturalmente polissêmicos. Isso demanda uma efetiva discussão sobre a abrangência deles no âmbito educacional, considerando que o debate relativo ao multiculturalismo ainda é bastante incipiente na formação inicial e continuada dos professores. Dessa forma, concluímos sobre a necessidade de ações formativas que favoreçam a valorização e o acolhimento da diversidade nos diferentes espaços educacionais, permitindo ao outro o direito de ter respeitada a sua condição sócio-linguística-cultural e, acima de tudo, humana.

Palavras-chave: Formação de Surdos; Multiculturalismo; Igualdade; Diferença; Inclusão Educacional.

POSSIBLES RELATIONS BETWEEN DEAF EDUCATION, INTERCULTURALITY AND INCLUSION: FOCUSING ON FORMATIVE DISCUSSIONS INTO BIOLIBRAS' EDUCATIONAL PROJECT OF THE FEDERAL UNIVERSITY OF VIÇOSA (BRAZIL)

Abstract: The different groups into School and society as a whole bring the multicultural brands that must be recognized, valued and respected based on their human condition. In this sense, this research aims to bring references in the educational field to dialogue with some ideas debated by eleven participants of the BioLibras Educational Project, from the Federal University of Viçosa (Brazil), in one of the remote training meetings. It discussed issues related to the multiculturalism, interculturality and its implications in the Education and Inclusion of the Deaf people. For this, the transcripts of this remote meeting were analyzed based on the Analysis of Prose Entangled. We discussed the

¹ Licencianda em Química pela Universidade Federal de Viçosa (UFV). E-mail: nathalia.barros@ufv.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2282-2799>

² Mestranda em Educação em Ciências e Matemática pela Universidade Federal de Viçosa (UFV). E-mail: raquelbozzi@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8328-8027>

³ Mestrando em Educação em Ciências e Matemática pela Universidade Federal de Viçosa (UFV). E-mail: wfpsmc@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-00647491>

⁴ Doutor em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Professor do departamento de Química, da Universidade Federal de Viçosa (UFV) E-mail: vasouza@ufv.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4591-9275>

⁵ Doutora em Ecologia e Recursos Naturais pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Professora do Departamento de Biologia Geral, da Universidade Federal de Viçosa (UFV). E-mail: thais.fernandez@ufv.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4620-9753>

conceptions about equality and difference presented into group and its implications in the educational practices, focusing on the Deaf access to information/knowledge and the way with the current Brazilian Legislation has influenced the training practice. We found that the terms equality, difference and inclusion allow different interpretations, being naturally polysemic. This requires an effective discussion about their scope in the educational field, considering that the debate on multiculturalism is still quite incipient in the pre and in-service teacher courses. In this way, we conclude about the brief need for training actions that favor in the teacher practice the appreciation and acceptance of diversity in different educational spaces, allowing other people have the right to have respected their socio-linguistic-cultural and, above all, human condition.

Keywords: Deaf Development; Multiculturalism; Equality; Difference; Educational Inclusion.

1 INTRODUÇÃO

1.1 Situando o tema estudado no contexto de algumas políticas públicas voltadas à Educação

Para iniciarmos a discussão e catalisar algumas ideias que serão abordadas aqui, apresentamos um breve excerto do texto de autoria do teólogo Leonardo Boff, que aponta para a importância de entendermos que todo ponto de vista é a vista de um ponto:

Ler significa reler e compreender, interpretar. Cada um lê com os olhos que tem. E interpreta a partir de onde os pés pisam. Todo ponto de vista é a vista de um ponto. Para entender como alguém lê é necessário saber como são seus olhos e qual é sua visão de mundo. Isso faz da leitura sempre uma releitura. A cabeça pensa a partir de onde os pés pisam. Para compreender, é essencial conhecer o lugar social de quem olha. Vale dizer: como alguém vive, com quem convive, que experiências tem, em que trabalha, que desejos alimenta, como assume os dramas da vida e da morte e que esperanças o animam. Isso faz da compreensão sempre uma interpretação. Sendo assim, fica evidente que cada leitor é um coautor. Porque cada um lê e relê com os olhos que tem. Porque compreende e interpreta a partir do mundo que habita. [...] (BOFF, 2017, p.19).

Neste trecho, Boff nos provoca a pensar sobre a pluralidade na sociedade e sobre o lugar dos diferentes olhares, a partir da realidade de cada sujeito em seu lugar social. Cada um de nós tem suas histórias de vida marcadas por diferentes experiências e por uma condição humana que nos faz ímpar. Isso já foi trazido de modo poético por Carlos Drummond de Andrade, quando no seu *Igual-Desigual* ele nos ensinou que:

[...] Todas as guerras do mundo são iguais.
Todas as fomes são iguais.
Todos os amores, iguais iguais iguais.
Iguais todos os rompimentos.
A morte é igualíssima.
Todas as criações da natureza são iguais.
Todas as ações, cruéis, piedosas ou indiferentes, são iguais.
Contudo, o homem não é igual a nenhum outro homem, bicho ou coisa.

Ninguém é igual a ninguém.
Todo o ser humano é um estranho ímpar. (ANDRADE, 2014, p. 46).

Com base na diversidade que perpassa os grupos humanos, não é justo desconsiderarmos a pluralidade e tudo que a ela se associa, sobretudo quando pensamos no âmbito educacional e na necessidade de equiparar as oportunidades de acesso ao conhecimento. Nesse sentido, podemos dizer que nas últimas duas décadas algumas políticas voltadas à inclusão das pessoas com deficiência começaram a repercutir no contexto educacional, com destaque para: (i) a Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008); (ii) o decreto nº 7.612, de 17 de novembro de 2011, que estabeleceu o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – Plano Viver sem Limite (BRASIL, 2011); (iii) a Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, referente ao Plano Nacional de Educação (BRASIL, 2014); (iv) a Lei nº 13.146, de 06 de Julho de 2015, que instituiu a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência) (BRASIL, 2015); e (v) a Lei nº 13.409, de 28 de dezembro de 2016, que alterou e ampliou a já existente Lei de Cotas, reservando vagas para pessoas com deficiência em cursos técnicos de nível médio e superior nas Instituições Federais de Ensino (BRASIL, 2016).

Anterior a estas legislações, temos importantes marcos a serem considerados, como a Constituição Brasileira (BRASIL, 1988), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996) e aquelas que se relacionam especificamente aos Surdos, como a Lei nº 10.436 (BRASIL, 2002), que reconhece a Libras como Língua Oficial da comunidade Surda brasileira, tornando-a uma das disciplinas obrigatórias para os cursos de Licenciatura e Fonoaudiologia. Essa Lei foi regulamentada por meio do Decreto nº 5.626 (BRASIL, 2005). Dentre os marcos legais mais recentes para a Educação, destacamos o Plano Nacional de Educação (BRASIL, 2014), com especial atenção para a sua meta 4, que aponta a necessidade de:

Universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados. (BRASIL, 2014, meta 4, anexo da Lei nº 13.005/14).

A Estratégia 4.7 deste Plano prevê:

Garantir a oferta de educação bilíngue, em Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS como primeira língua e na modalidade escrita da Língua Portuguesa como segunda língua, aos (às) alunos (as) surdos e com deficiência auditiva de 0 (zero) a 17 (dezessete) anos, em escolas e classes bilíngues e em escolas inclusivas, nos termos do art. 22 do Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, e dos arts. 24 e 30 da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, bem como a adoção do Sistema Braille de leitura para cegos e surdos-cegos. (BRASIL, 2014, estratégia 4.7, anexo da Lei nº 13.005/14).

Nesse sentido, temos delineados pelas políticas públicas importantes caminhos que precisam, de fato, se concretizar na prática formativa, para que possamos ter cumprido os

propósitos da inclusão e do acolhimento à diversidade em espaços educacionais. Reconhecemos que ainda há muito para avançarmos, sobretudo em termos da formação profissional voltada à prática inclusiva. Mas deve-se reconhecer que um importante passo já foi dado com as Leis aqui mencionadas.

Entendemos que seria necessário agora problematizar os atuais desafios dos professores frente à inclusão dos Surdos e as políticas inclusivas e de educação bilíngue, considerando a importância de assegurar direitos iguais para o acesso e a permanência na Educação Básica e Superior (equiparação de oportunidades). Assim, é importante propor estratégias para favorecer a construção do conhecimento em contextos bilíngues e inclusivos, com o foco na acessibilidade linguística e na mediação do conhecimento em sala de aula. Para tal, consideramos como fundamentais os pressupostos da Educação Intercultural, com base em Candau (2008, p. 52):

[...] Uma educação para negociação cultural, que enfrenta os conflitos provocados pela assimetria de poder entre os diferentes grupos socioculturais nas nossas sociedades e é capaz de favorecer a construção de um projeto comum, pelo qual as diferenças sejam dialeticamente integradas. A perspectiva intercultural está orientada à construção de uma sociedade democrática, plural, humana, que articule políticas de igualdade com políticas de identidade.

No campo dos Estudos Surdos, a Educação Intercultural possibilita o reconhecimento da Cultura Surda no espaço escolar, tornando a Escola um sistema partilhado de duas línguas e duas culturas, salvaguardando a predominância da língua materna dos Surdos (Língua de Sinais) sobre a segunda língua (Português). Nesse sentido, o conceito de cultura Surda precisa ser compreendido como uma série de regras e práticas que contemplem interações gestual-visual, comportamentos, valores, atitudes, costumes e tradições de um grupo que precisa ser respeitado nas suas particularidades linguístico-cultural (STUMPF, 2009). Nesse sentido, esse texto se estrutura considerando a necessidade de acolhimento e de respeito às diferentes condições e culturas e de garantia das especificidades educativas nas diferentes instituições educacionais.

1.2 Apresentação do Projeto BioLibras – Universidade Federal de Viçosa

O BioLibras é um Projeto de Extensão desenvolvido na Universidade Federal de Viçosa (UFV), Campus Viçosa, MG, com o foco na educação bilíngue de crianças/adolescentes Surdas/os. O Projeto *BioLibras: ressignificando a iniciação ao ensino de Ciências no contexto de estudantes Surdos do município de Viçosa, MG* foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da UFV, sob registro CAAE 53459416.2.0000.5153.

O BioLibras teve início em abril de 2015 e, no contexto da Educação Bilíngue e Bicultural dos Surdos, busca contribuir com ações voltadas à formação de estudantes Surdos por meio da interação entre eles e com a Comunidade Surda, da aquisição da primeira língua (Libras), do apoio

no desenvolvimento da segunda língua (Português, na modalidade escrita) e também o desenvolvimento de conhecimentos científicos, para que os estudantes possam participar dos momentos de aprendizagem e construir seus conhecimentos em ambientes escolares inclusivos. (FERNANDEZ *et al.*, 2017).

Os participantes do BioLibras são crianças e adolescentes Surdos de Viçosa e Região, além de seus familiares. Entendemos que a parceria com a família é fundamental para o desenvolvimento destes estudantes. Assim, são planejadas atividades para serem desenvolvidas com as crianças, por um professor Surdo que representa uma referência de educador Surdo para estas crianças, e com as famílias também, para que seja possível aprenderem a Libras. Isso permite que as crianças/adolescentes tenham a possibilidade de estabelecer uma comunicação efetiva com os familiares e possam se desenvolver por meio da interação com aqueles que estão mais próximos e são os principais responsáveis por sua formação. Assim, os encontros aconteciam semanalmente, em um espaço conhecido como Sala de Aprendizagem Bilíngue (SAB), localizada no Prédio das Licenciaturas da UFV.

As atividades desenvolvidas são planejadas por integrantes do Projeto, considerando as demandas dos estudantes Surdos e de suas famílias. A equipe conta com membros de diversas áreas de estudo e profissões, tendo professores da Universidade dos cursos de Biologia, Educação do Campo, Química e Letras, um professor Surdo, Pedagogos Bilíngues, Tradutores e Intérpretes de Língua de Sinais e Português (TILSP), Técnica do Setor de Educação em Ciências e Biologia DBG/UFV, estudantes do Mestrado e da Graduação de diferentes cursos de Licenciatura. Todo o grupo se reúne semanalmente, logo depois a atividade desenvolvida na SAB, quando planejam e (re)organizam os trabalhos seguintes, com o intuito de promover uma educação bilíngue e também ter neste espaço uma possibilidade de formação continuada, em que são compartilhadas as experiências, os anseios, os desafios e são realizados estudos (FERNANDEZ *et al.*, 2017).

Em 2020 todos nós fomos surpreendidos pela Pandemia de Covid-19, em que a UFV, como as demais universidades e espaços educacionais, parou suas atividades no início do ano e se organizou para o desenvolvimento de ações remotas. O Projeto BioLibras seguiu os mesmos passos. Inicialmente as atividades foram suspensas, com isso, tivemos apenas a primeira reunião presencial da equipe. No dia 13 de abril a equipe se reuniu, pela primeira vez, de forma remota e deu início aos encontros para dar sequência às atividades do grupo. O primeiro semestre de 2020 foi repensado para atender às condições do trabalho/estudo remoto, e estruturado em uma formação da equipe em Educação de Surdos, que aconteceu em reuniões formativas semanais, com diferentes temas para discussões. As reuniões foram guiadas pelo estudo de textos e artigos, conforme descrito na Tabela 1. As discussões aconteceram via plataformas *on-line* para encontros remotos. No total, foram 12 reuniões, que aconteceram de abril a julho de 2020. Para o segundo semestre de 2020 está proposto

a continuidade das reuniões, e também a busca de estratégias para viabilizar as atividades remotas com as crianças e adolescentes Surdos que participam do Projeto.

Tabela 1: Artigos discutidos nas Reuniões remotas realizadas com a equipe do Projeto BioLibras, durante o primeiro semestre de 2020.

DATAS	ARTIGOS BASE PARA AS DISCUSSÕES
13 de abril	BENTES, José Anchieta de Oliveira. Estudos da deficiência, educação de surdos e atribuições no trabalho docente. Revista Cocar , v. 6, n. 11, p. 87-96, 2012.
17 e 24 de abril	STUMPF, Marianne Rossi. Mudanças estruturais para uma inclusão ética. In: Estudos surdos III , p. 14-29, 2008.
04, 08, 15 e 25 de maio	STUMPF, Marianne Rossi. A educação bilíngue para surdos: relatos de experiências e a realidade brasileira. Estudos surdos IV. Petrópolis, RJ: Arara Azul , p. 425-450, 2009.
05 de junho	ANDRADE, Priscilla Gaia de; MOLENA, Juliane Cristina; VERASZTO, Estéfano Vizconde. Análise do processo de ensino-aprendizagem com discentes surdos no ensino de ciências: uma revisão dos trabalhos publicados na área na última década. Revista Electrónica de Enseñanza de las Ciencias , v. 18, n. 2, p. 361-386, 2019.
26 de junho	RODRIGUES, Carlos Henrique; QUADROS, Ronice Müller de. Diferenças e linguagens: a visibilidade dos ganhos surdos na atualidade. Revista Teias , v. 16, n. 40, p. 72-88, 2015.
03 de julho	CANDAU, Vera Maria Ferrão. Direito à educação, diversidade e educação em direitos humanos. Educação & Sociedade , v. 33, n. 120, p. 715-726, 2012.
10 de julho	BISOL, Cláudia; SPERB, Tania Mara. Discursos sobre a surdez: deficiência, diferença, singularidade e construção de sentido. Psicologia: Teoria e Pesquisa , v. 26, n. 1, p. 07-13, 2010.
17 de julho	Fechamento do semestre e discussão sobre as atividades práticas com os estudantes no próximo semestre.

As temáticas das reuniões foram escolhidas de acordo com o interesse da equipe nas discussões. Destaca-se entre os textos lidos artigos acadêmicos escritos por sujeitos Surdos. Os debates foram realizados de acordo com as dúvidas apresentadas sobre as leituras, problematizações sobre o tema, questionamentos e pontos de interesses apresentados pelos integrantes do Projeto. Neste artigo, tivemos como objetivo analisar a reunião ocorrida no dia 03 de julho de 2020, em que houve uma intensa e relevante discussão sobre Educação de Surdos, Inclusão, diversidade e interculturalidade, com diferentes pontos levantados.

2 METODOLOGIA

O presente trabalho se caracteriza como uma Pesquisa Qualitativa que buscou, de acordo com Gil (2008, p. 28), trazer “a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis”. Dentre os tipos de pesquisas com esta abordagem, destacam-se aquelas que levantam opiniões e atitudes, como é o caso desta. Nesse sentido, será descrita a discussão sobre “Identidade Surda”, que aconteceu em uma das reuniões

remotas do Projeto de Extensão BioLibras. O encontro em questão foi gravado e transcrito para posterior análise. Esta reunião contou com 11 participantes, que se enquadram nas seguintes categorias, as quais alguns se inserem em mais de uma: cinco estudantes de Licenciatura (L1-L3), três estudantes do mestrado (M1-M3), três professores bilíngues (PB1-PB3), um professor Surdos (PS), dois Tradutores e Intérpretes de Libras e Português (TILSP1-TILSP2); três professores da Educação Básica (PEB1-PEB3) e três professores do Ensino Superior (PES1-PES3). Alguns deles se enquadram em mais de uma categoria, o que faz com que o quantitativo final seja superior a onze.

O encontro do dia 03 de julho foi gravado em áudio e vídeo, no próprio serviço de comunicação *on-line* usado (Plataforma *Google Meet*), sendo posteriormente transcrito. A princípio, os dados foram organizados de acordo com o que acreditamos ter sido mais pertinente na reunião e que gerou maiores debates. Em seguida, eles foram analisados com base na Análise de Prosa Enredada, que se estrutura:

[...] por intermédio das várias ações, desde a escuta das vozes de todos os praticantes até a escrita do texto enredado, carregado de nossas impressões e sentidos dados às mensagens e às observações das experiências vividas nos contextos de produção dos dados. (NASCIMENTO; FARIAS; RAMOS, 2019, p. 164).

A análise de Prosa Enredada é uma proposta de procedimento metodológico de análise de dados em pesquisa qualitativa de Nascimento, Farias e Ramos (2019), em que há uma interpretação e organização das narrativas presentes no momento da produção dos dados, confrontando ou dialogando com ideias de outros autores. Também leva em consideração a presença das impressões e sentidos de quem está realizando a análise. Com esta análise podemos tentar compreender algumas das ideias dos membros do Projeto BioLibras, com a possibilidade de interpretar e sintetizar as narrativas dos praticantes da pesquisa e também possibilitar novas reflexões, ao estabelecer diálogo com pesquisadores que abordam esta mesma temática.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

Pensar no desejo pela igualdade requer uma reflexão e/ou conscientização de qual é o conceito de igualdade para nós e como estamos usando-o, diante do tanto que ele pode significar. Ao investigarmos o conceito de igualdade na Escola, é comum encontrarmos em textos ou em conversas corriqueiras a ideia do desejo pela igualdade.

Candau (2008) aponta que a questão da igualdade de todos os sujeitos foi afirmada na modernidade. A igualdade independe das origens, nacionalidade, orientações sexuais e culturais, quando consideramos o direito a educação como um direito de todos. Porém, identifica-se hoje que garantir a igualdade não basta, é necessário afirmar a diferença, considerando-a, também, como um

direito, não apenas no que se diz ao “direito dos diferentes a serem iguais, mas o direito de afirmar a diferença” (CANDAU, 2008, p. 47). A autora salienta que não é uma questão de negar a igualdade, mas sim de evidenciar o tema da diferença e articular os dois conceitos de maneira que um esteja relacionado ao outro. Mas, para isso, será necessário um processo de (re)conceitualização, para que aconteça a “passagem da afirmação da igualdade ou da diferença para a da igualdade na diferença” (CANDAU, 2008, p. 49).

Isso envolve desafios, dentre eles as questões relacionadas ao direito à educação, que pressupõem a compreensão do multiculturalismo e suas distintas vertentes existentes em nossa sociedade (CANDAU, 2008; 2012), composto por diversas culturas que se emaranham na teia social. Uma delas é representada pela Cultura Surda, com suas características e relações interculturais, em que são usadas duas línguas no sistema de ensino, com destaque para a língua materna/língua de sinais, que traz a marca da visualidade, ou seja, um idioma que se vê (STUMPF, 2009). É esse o “chão” que a comunidade Surda “pisa”, o “chão” da sua língua e da sua cultura, “porque compreende e interpreta a partir do mundo que habita” (BOFF, 2017, p.19).

O multiculturalismo apresenta diferentes posições e aqui vamos abordar este termo conforme é discutido por Candau (2008), que aponta a necessidade de avanços nas reflexões sobre esta temática, para que as concepções não sejam superficiais e generalizada. A autora enfatiza ainda que o multiculturalismo é diretamente relacionado às lutas dos grupos sociais que não tiveram a oportunidade de desenvolver sua cidadania plena, porque foram discriminados e excluídos. Três abordagens sobre o multiculturalismo são consideradas fundamentais: o multiculturalismo assimilacionista, o multiculturalismo diferencialista e o multiculturalismo interativo, também denominado interculturalidade, sendo este defendido pela autora e de grande interesse para nós.

A interculturalidade é a abordagem “mais adequada para a construção de sociedades democráticas e inclusivas, que articulem políticas de igualdade com políticas de identidade” (CANDAU, 2008, p. 51). Nela há a percepção de que as culturas estão em processos de mudanças constantemente, não reduzindo as pessoas a definição de um padrão cultural. Há o desejo de promover uma educação para que os sujeitos sejam reconhecidos, em que exista diálogo entre os diferentes grupos sociais e culturais, sendo isso capaz de contribuir para o desenvolvimento de um projeto em que as diferenças sejam consideradas e respeitadas.

Essa ideia de relação entre os diferentes grupos culturais da sociedade vai ao encontro da educação inclusiva ética que, de acordo com Stumpf (2009), deve considerar a importância da construção das identidades Surdas, mas também das identidades ouvintes, pois eles se encontram nos ambientes educacionais e, com as suas interações, pode haver uma partilha de conhecimentos e contribuição para a equidade. Entretanto, esta autora destaca ainda que as relações sociais são carregadas pelo julgo do poder. Isso é reconhecido na abordagem intercultural, com os mecanismos

de poder existentes nas relações culturais, visto que elas são marcadas e construídas pela/na história, com hierarquias e também com marcas de discriminação (CANDAU, 2008).

Há alguns desafios a serem enfrentados para se ter uma educação intercultural, que considere e articule as questões sobre a igualdade e a diferença. Um deles marca a necessidade de desconstrução dos preconceitos e discriminações em todas as relações culturais presentes em nossa sociedade, buscando desconstruir comportamentos desta natureza que, por vezes, acabam sendo naturalizados e se tornam invisíveis (CANDAU, 2008). Em nossa sociedade, isso é evidenciado na situação em que os professores Surdos são considerados apenas professores de Libras ou auxiliares, desconsiderando a necessidade e as contribuições que este profissional pode trazer para o ambiente educacional com Surdos. Isso requer que os próprios educadores busquem desconstruir seus preconceitos e interagir com os profissionais Surdos de forma conjunta (STUMPF, 2009).

Outro ponto que deve ser considerado se relaciona à ideia do caráter monocultural e etnocentrismo presentes nas escolas e em políticas educativas. De acordo com Candau (2008), é preciso questionar os critérios para a composição dos currículos escolares e a justificativa dos conteúdos. O currículo precisa ser dinâmico e considerar a diversidade existente como ponto primordial para a sua elaboração. O currículo que busca contemplar a cultura Surda, por exemplo, deve priorizar o uso da Língua de Sinais (sendo total na educação pré-escolar, considerando que se trata do momento da aquisição da língua materna), em que a carga horária de seu aprendizado não deve ser confundida com a carga horária da segunda língua (Português). Além disso, a avaliação deve ser realizada por meio de vídeos e em todas as áreas curriculares (STUMPF, 2009). Nesse sentido, uma educação intercultural exige o pensar e repensar no que está sendo realizado, para que não sejamos reprodutores de ações excludentes no âmbito educacional. Tal ideia é reforçada pelo trecho a seguir, mencionado por CANDAU (2008, p. 54):

As relações entre direitos humanos, diferenças culturais e educação colocam-nos no horizonte da afirmação da dignidade humana num mundo que parece não ter mais essa convicção como referência radical. Nesse sentido, trata-se de afirmar uma perspectiva alternativa e contra-hegemônica de construção social, política e educacional.

A articulação entre igualdade e diferença nas políticas educativas e também nas práticas pedagógicas representa mais um desafio. É necessário reconhecer a diversidade cultural existente e valorizá-la, para se estabelecer uma relação que contemple a todos, de modo que a ideia da universalização seja rompida. Um outro desafio se relaciona às raízes culturais. Para a construção da identidade cultural, é necessário o resgate das histórias de vida coletivo ou pessoal (CANDAU, 2008), sendo este um aspecto de grande valia para a Comunidade Surda, que transmite ao longo de suas gerações a Língua de Sinais (STUMPF, 2009). Destaca-se também os processos de empoderamento, com o foco naqueles(as) que já foram marginalizados(as) em nossa sociedade, que

tiveram menos influência e que precisaram acatar decisões do coletivo. Isso se relaciona ao poder e força que cada um/a possui para se sentir também protagonista de sua vida e um/a cidadã(o) respeitado/a na sociedade. É algo que fortalece os grupos e que contribui para lutar pelas igualdades de condições e transformações na sociedade (CANDAU, 2008).

Por último, destacamos a importância dos sujeitos envolvidos nas práticas educativas conhecerem a realidade dos Surdos, sua língua, seu modo de vida e sua cultura, para que possamos afirmar a “igualdade na diferença” e buscar os caminhos da interculturalidade, considerando sempre o protagonismo dos Surdos. Afinal, “a cabeça pensa a partir de onde os pés pisam. Para compreender, é essencial conhecer o lugar social de quem olha. Vale dizer: como alguém vive, com quem convive, que experiências tem, em que trabalha, que desejos alimenta, como assume os dramas da vida e da morte e que esperanças o animam” (BOFF, 2017, p.19).

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

No primeiro momento da reunião, foi apresentado por um dos Licenciandos (L3) aquilo que chamamos no grupo de “Causo”. Os “Causos” iniciam as nossas discussões, tendo a função de ser um momento de “quebra gelo” para catalisar as discussões. Eles representam uma possibilidade de compartilharmos experiências relacionadas às nossas vivências no campo da Educação de Surdos. Nesse sentido, L3 mostrou um trecho do anime *A voz do silêncio*, com uma cena em que o professor pede para uma aluna Surda ler um texto em voz alta. Logo após, apresentou o trecho de uma entrevista com uma atriz que atuou na série *The Society*, onde todos os personagens e atores usam a Língua Americana de Sinais (*American Sign Language – ASL*). A apresentação do “causo” fomentou discussões de temas que vão ao encontro do artigo *Direito à educação, diversidade e educação em direitos humanos*, de Candau (2012), foco do segundo momento de debate neste encontro.

4.1 Concepções sobre diferença e igualdade

Durante o primeiro momento da reunião, assistimos a duas cenas que geraram inquietações e fomentaram debates sobre as percepções acerca do que foi apresentado. A pergunta inicial foi a seguinte: nos dois momentos, como foi tratada a surdez: como igualdade ou como diferença? Diante do questionamento, L3 apresentou a seguinte reflexão:

Nessa cena [sobre o anime] eu acho que eu consigo ver claramente a surdez tratada como uma diferença e o professor não conseguiu é... conduzir a aula para que ela [a aluna] fosse incluída [...] [na entrevista] a gente vê que teve um empenho de todos os atores, por que não só ela saber a língua de sinais, por causa de um ator surdo. E eu achei isso bem legal, que eles trataram a surdez como uma igualdade e não como uma diferença igual no filme.
(Fala de L3, 2020)

L3 explicou sua percepção dos contextos trazidos nas cenas apresentadas previamente e qual o significado atribuído aos termos “igualdade” e “diferença”. Na primeira cena, a estudante Surda, tal como os demais, foi obrigada a tentar ler oralmente. Como consequência, sofreu *bullying* de seus colegas por sua condição. Diante disso, L3 entende que foi uma situação de diferença. Já na segunda cena, por todos aprenderem a Língua de Sinais e a utilizarem para se comunicar com o ator surdo, este foi incluído. Portanto, L3 entendeu como uma situação onde há igualdade. Em contrapartida, PES2 argumentou o seguinte, na sequência:

Mas no meu entendimento, aquela primeira cena é mais referente a igualdade, nesse ponto de vista, né? Então, 'ah, todo mundo tem direito a educação', então todos ali na sala está recebendo educação da mesma forma. Todo mundo tem que falar em voz alta? Todo mundo tem que falar em voz alta, né? Essa é a forma. Porém isso de fato garante com que o Surdo, com que a Surda participe desse processo educativo, né, de forma igual? Nesse momento não seria mais igualdade, seria equidade? Se eles têm condições iguais de participar dessa educação? Não! Eles têm diferenças que não são sendo consideradas, né? Ao passo que no segundo, na série, aí eu já entendo que tem mais a ver com a diferença. Porque, como as diferenças estão resguardadas, existe alguém que se comunica por meio da Libras [no caso em análise, a Língua de Sinais Americana], então todo mundo passa a se comunicar com aquela pessoa por meio da Libras. Porque essa é a forma com que ela acessa o mundo, né?
(Fala de PES2, 2020)

Com a exposição de PES2 sobre a sua compreensão da igualdade e diferença, verificamos que os significados atribuídos são diferentes daqueles apresentados por L3. PES2 entendeu que a igualdade foi apresentada na primeira cena, porque todos são tratados da mesma forma, ignorando suas particularidades. Em contraste, no segundo contexto apresentado, a atriz entrevistada, ao explicar que todos/as que atuaram na Série aprenderam ASL para que pudessem se comunicar com seu colega de elenco Surdo e representar a comunidade Surda, demonstrou que a diversidade foi considerada, portanto, seria esta, uma situação onde prevaleceu a diferença.

A partir das falas de L3 e PES2, constatamos a presença de distintas percepções sobre os conceitos de igualdade e diferença dentro do Grupo. Entendemos que isso é natural e enriquecedor para o debate. O primeiro aponta a igualdade no sentido de direitos iguais, acesso igual. Já o segundo aponta a igualdade como algo que descaracteriza, impondo as mesmas condições a todos e todas, mesmo que existam necessidades diferentes. Candau (2012) descreve que o direito à educação apresenta duas perspectivas, sendo uma delas a afirmação da igualdade, no intuito de promover uma educação comum a todos e todas.

Com isso, foram implantados currículos, sistemas de avaliação e materiais didáticos padronizados, o que evidenciou uma ideia da igualdade como homogeneização do Sistema Educacional. Isso vem ao encontro do que foi concluído pelo Grupo a partir dos questionamentos levantados por PES2, em que a igualdade entra em pauta e merece uma definição explícita. Isso porque, ao destacar a necessidade de um ensino igualitário, há uma dualidade de ideia: igualdade no

sentido de fornecer a educação para todos/as, com o acesso padronizado, ignorando a diversidade, ou estabelecendo uma educação em que as individualidades são consideradas? Porque a conclusão que o grupo chegou é que entender a sala de aula sob o viés da igualdade seria algo excludente. Acreditamos que um motivador para isso seja a não discussão desses temas nos espaços educacionais, pois o sistema parece ainda não estar aberto ao diálogo sobre as diferenças e com os/as diferentes.

4.2 A igualdade e a diferença no contexto educacional

Ao longo da reunião, discutimos que os diferentes espaços educacionais ainda não são vistos como locais que acolhem adequadamente a diversidade e as diferenças. Foram levantados dois possíveis fatores perpetuadores dessa situação: o primeiro em que o professor sente que as diferenças são um tema complicado e sensível de ser abordado e não devem ser tratada em sala de aula, porque este não seria o espaço ideal e, o segundo, que é apresentado por PES1 na fala transcrita a seguir:

[...] para um sujeito que já passou por 'n' situações na vida, de desprezo, de violência, né, de opressão, de bullying, às vezes ele prefere que não se toque nesse assunto, para que ele não fique em evidência. E eu demorei para perceber isso, sabe? E quando eu percebi eu fiquei triste porque às vezes o professor se sente, assim, numa "sinuca de bico", né? Ele quer promover essa transformação, mas ao mesmo tempo, se a gente não tiver essa sabedoria, essa orientação de como fazer isso da melhor forma possível, o tiro pode acabar saindo pela culatra, acabar prejudicando mais esse estudante.

(Fala de PES1, 2020)

Com isso, verificamos que para a educação começar a incluir a perspectiva da diferença em seus espaços e contextos, a formação profissional também precisa estar comprometida com esse viés. O que acontece nas escolas de Educação Básica é também reflexo da formação de seus profissionais, herança de uma cultura hegemônica, hierárquica e para a “maioria de iguais”, onde a diferença não tem espaço. Concordamos com Stumpf (2009) sobre a necessidade de os/as professores/as compreenderem a importância do seu papel atuante na promoção da diversidade, sendo necessário assumir o desafio de valorizar e acolher as diferenças, além de trabalhar em conjunto com os/as educadores/as Surdos/as.

É importante entendermos que os impactos são gerados por uma reação em cadeia: a diversidade ainda é pouco discutida nas universidades, que formam os profissionais para atuarem nas próprias universidades e nas escolas de Educação Básica. A consequência disso é que a diversidade é pouco abordada, estudada e acolhida nas Escolas. Tudo isso parece influenciar na forma como a sociedade lida com a diversidade. Quando a desigualdade é reproduzida na Escola, será também repercutida na sociedade com ações de exclusão e preconceito. Aceitar e respeitar as

diferenças, enfrentar os privilégios, em contraposição aos mecanismos de exclusão na Escola, reflete no enfrentamento da desigualdade na sociedade. Todos nós somos diferentes. Tais diferenças não podem ser ignoradas e precisamos ter uma Educação que contemple as diferentes demandas e necessidades do/a outro/a. Acreditamos que as diferenças precisam ser valorizadas e não impostas como limitantes.

4.3 Breve relato de uma experiência Surda na Escola: em foco questões comunicacionais

Quando perguntado ao PS se, em sua época de Escola, sentiu-se excluído ou rejeitado ou se os professores se preocupavam em incluí-lo, ele expôs seu claro entendimento de que antigamente e hoje representam tempos bem diferentes. Contou que antes as barreiras eram maiores e havia mais dificuldades. Relatou que recebia ajuda de alguns amigos e que sua irmã estudava na Série anterior à sua, mas que na 3ª Série do Ensino Fundamental foi reprovado. Então ele e sua irmã começaram a estudar juntos. Os dois sentavam-se lado a lado e sua irmã o ajudava, repassando as informações em sala de aula. Sua irmã não sabia Libras, mas usava alguns gestos. Contou também que aconteceram situações em que os professores marcavam prova e, por ele não receber essa informação, não sabia que teria prova. Chegava para fazer uma atividade comum e, ao perceber, começava a chorar, com medo, assustado. Os demais alunos acabavam a prova e só ele ficava na sala. Isso acontecia pela falta de informação acessível em Língua de Sinais. Os professores não escreviam no quadro as datas, avisando apenas oralmente. Lembrou também que aconteceu de ele ir para a Escola em um dia de feriado e ao chegar lá, ver a Escola vazia e só então perceber que não tinha aula. Mais uma vez, pela falta de informação acessível em sua língua.

PS relatou, também, um outro acontecimento, com dois fatos marcantes: as notas e as filas na Escola. As notas tinham cores azul e vermelho e ele não sabia o significado disso. No final do ano havia o boletim, com o resultado. Ele lembrou quando descobriu que o vermelho significava reprovação. Sobre as filas, PS contou que as férias chegaram e depois delas, ao voltar para a Escola, ele identificou seus amigos em uma fila e se posicionou logo atrás deles, até que um professor o conduziu para a outra fila, com colegas diferentes, porque havia sido reprovado na Série anterior. Ele ficou muito triste, porque imaginava que continuaria com os mesmos colegas e só aí entendeu a situação no momento em que foi conduzido para a outra fila. PS contou que até o ano em que foi reprovado, sempre teve a mesma professora. Mas ao ter que repetir o ano escolar, sua professora seguiu com a turma antiga e ele passou a ter uma nova professora, que era arrogante e chegou a usar violência física e verbal com ele, o que lhe causou muito sofrimento e tristeza.

A invisibilidade das diferenças está tão intrínseca aos ambientes de ensino que, inclusive, o espaço reforça isso mantendo os estudantes sentados sempre numa mesma disposição, um atrás do outro, cerceando, assim, as interações e os debates. As instituições educacionais, do ensino infantil

ao superior, mantêm um ensino tecnicista, abordando assuntos de áreas específicas, onde o objetivo deveria ser a formação de generalistas, que possam usar os conhecimentos construídos para o desenvolvimento pessoal e social. Além disso, outro ponto muito impactante é a exclusão por meio da língua: as escolas, em maioria, parecem não ser ambientes preparados para receber e atender a comunidade Surda. Em relação a isso, temos a seguinte colocação de Stumpf (2009):

A Educação Bilíngue, em curso nas escolas regulares brasileiras, muito poucas mostram ter noção da diferença linguístico-cultural dos surdos e quando o fazem, a única preocupação que se manifesta é com a ausência de intérpretes. Mostram também que os resultados para os surdos não estão bons. (STUMPF, 2009, p. 436)

Portanto, é fato que as Escolas ainda não consideram as particularidades da comunidade Surda, o que implica em grandes prejuízos na aprendizagem e na construção de novos conhecimentos.

4.4 A relevância e a influência da Legislação na prática de inclusão dos Surdos

A PES2 evidenciou o seguinte trecho do texto “Direito à Educação, Diversidade e Educação em Direitos Humanos”:

Nessa perspectiva cresce a convicção de que não basta construir um arcabouço jurídico cada vez mais amplo em relação aos direitos humanos se eles não forem internalizados no imaginário social, nas mentalidades individuais e coletivas de modo sistemático e consciente, não construírem uma cultura dos direitos humanos na nossa sociedade e nesse horizontal os processos educacionais são fundamentais. (CANDAUI, 2012, p. 717).

Diante disso, o grupo discutiu e ressaltou que a legislação está em constante evolução, o que é importante, mas no imaginário social isso ainda não aconteceu. Em relação a isso, Stumpf (2009) também destacou essa ideia de que a realidade escolar da inclusão dos Surdos ainda é bem diferente daquela que está no papel, além da ideia de que o professor Surdo na Escola deve ser apenas o professor de Libras ou um ajudante para o estudante Surdo, diminuindo toda a possibilidade da sua função e contribuição para a aprendizagem desse estudante, marcando também que tanto a inclusão do estudante, como a inclusão do Surdo como professor ainda é algo que precisa de maior reforço para acontecer na prática. Considerando a sociedade como grupo, a ideia de que todos devem ser iguais e assumir um padrão em que o diferente é excluído, continua muito mais forte.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com este trabalho, buscamos entender algumas questões que perpassam a interculturalidade em diálogo com a Educação de Surdos, discutindo conceitos relacionados a termos inerentes à prática de qualquer educador. Assim, foi possível discutirmos o sentido relacionado a igualdade e

diferença, comumente usados em situações educacionais, que podem ser compreendidos de maneiras distintas, tendo como base o contexto sociocultural e histórico ao qual se aplica. Com isso, entendemos que tais palavras não apresentam acepções únicas, tendo usos multiformes, o que nos faz concordar com Boff (2017) quando disse que “[...] cada um lê e relê com os olhos que tem. Porque compreende e interpreta a partir do mundo que habita [...]”. Habitamos diferentes mundos, que nos trazem experiências distintas. Por isso, é necessário olhar o outro e entender a sua diferença, tendo a sensibilidade de compreender a importância de não impor o nosso modo de olhar, o que muitas vezes pode colocar o outro em situação de invisibilidade e indiferença.

Nesse sentido, destacamos a importância de a Escola considerar as particularidades dos indivíduos que a compõem, trazendo o multiculturalismo e as questões sobre diferença para seu ambiente formativo, compondo, influenciando os currículos e possibilitando diálogos interculturais. Também, entendemos o quão fundamental é que tais temas estejam presentes na formação dos profissionais da Educação, para que estes estejam preparados e conscientes para acolher, valorizar, respeitar e lutar pela educação nas diferenças. Além disso, compreendemos que, ao ser excludente de diversas formas, inclusive na Língua utilizada, a Escola pode fazer com que grandes lacunas sejam deixadas no histórico de aprendizagem das pessoas Surdas, além de traumas. Isso ocorre justamente por ser um espaço que influencia diretamente na formação identitária dos diferentes sujeitos, o que se dá por meio de interações sociais estabelecidas na Escola.

Por fim, avaliamos que a legislação tem um papel fundamental na criação e fomento de ações que incentivam a valorização das diferenças, mas a teoria, apenas, não é suficiente para que ocorram grandes mudanças. É de suma importância que ações práticas sejam tomadas, para que avanços nesse sentido possam repercutir nos diferentes espaços educacionais, sendo refletidos nas formas de agir e pensar da nossa sociedade.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Carlos Drummond de. **A Paixão Medida**. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

BOFF, Leonardo. **A águia e a galinha**: uma metáfora da condição humana. Edição comemorativa – 20 anos, Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

BRASIL. **Decreto nº 7.612**. Institui o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – Plano Viver sem Limite. Diário oficial da União. Brasília, 17 de novembro de 2011.

BRASIL. **Lei nº 13.005**, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação PNE e dá outras providências. Diário oficial da União, Brasília, 25 de junho de 2014.

BRASIL. **Lei nº 13.146**. Dispõe sobre a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União. Brasília, 06 de julho de 2015.

BRASIL. **Lei nº 13.409**. Altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, e dispõe sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnico de nível médio e superior das instituições federais de ensino. Diário Oficial da União. Brasília, 28 de dezembro de 2016.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Ministério da Educação, 07 de janeiro de 2008.

CANAU, Vera Maria. Direitos humanos, educação e interculturalidade: as tensões entre igualdade e diferença. **Revista Brasileira de Educação**, v. 13, n. 37, p. 45–56, 2008.

CANAU, Vera Maria Ferrão. Direito à Educação, diversidade e educação em direitos humanos. **Educação e Sociedade**, v. 33, n. 120, p. 715–726, 2012.

FERNANDEZ, Thaís Almeida Cardoso; SILVA, Márcia Fernandes Quintão da; SILVA, Wilson Fernando Pereira da; LOPES, Janice de Souza; LEANDRO, Fúlvica Ventura; AYUPE, Bruna Almeida Leão; ROCHA, Franceline Aparecida Duarte. Olhares sobre a educação de crianças surdas: Sala de Aprendizagem Bilíngue e Projeto BioLibras. **Revista ELO–Diálogos em Extensão**, v. 6, n. 1, 2017.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6ª ed., São Paulo: Editora Atlas SA, 2008.

NASCIMENTO, Valdriano Ferreira do; FARIAS, Isabel Maria de Sabino; RAMOS, Evódio Maurício Oliveira. ANÁLISE DE PROSA ENREDADA NA PESQUISA COM OS COTIDIANOS: UM JEITO DE VÊ O CURRÍCULO E DIZER. **Revista Teias**, v. 20, n. 59, p. 160-175, 2019.

STUMPF, Marianne Rossi. A educação bilíngue para surdos: relatos de experiências e a realidade brasileira. In: QUADROS, Ronice Müller de; STUMPF, Marianne Rossi (org.). **Estudos surdos IV**. Petrópolis, RJ: Arara Azul, 2009, 425-450.

Submetido em: 01 de setembro de 2020.

Aprovado em: 01 de dezembro de 2020.